### PROJETO EM TRAMITAÇÃO

# Arcabouço fiscal é adiado após pressão

Prevista para ontem, a entrega do parecer de Cláudio Cajado (PP-BA) foi postergada para a próxima terça-feira. Relator articula apoio à proposta no Congresso Nacional

- » TAÍSA MEDEIROS » VICTOR CORREIA
- aior aposta do governo Lula para destravar a economia do Brasil, a proposta do novo arcabouço fiscal está mais longe do que se imaginava de uma definição. O relator da matéria, deputado federal Cláudio Cajado (PP -BA), pretendia entregar o relatório ontem, após reunir-se com as bancadas partidárias na Câmara e com o Planalto. Contudo, o texto final não ficou pronto. Com isso, o progressista transferiu a entrega para a próxima terça-feira.

Cajado passou o dia em negociações, tentando pacificar os pontos mais controversos da proposição. Pela manhã, o parlamentar esteve com a equipe técnica de orçamento da Casa. No início da tarde, se encontrou com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), no Palácio do Planalto.

Aos jornalistas, ele adiantou que seria "difícil" entregar o documento no tempo previsto. Segundo um integrante da cúpula do governo, ouvido pelo Correio reservadamente, o cronograma esperado pelo Executivo é de que a votação do requerimento de urgência ocorra na terça-feira, com apreciação em plenário no dia seguinte.

Os parlamentares estão insatisfeitos com trechos da proposta entregue pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Cláudio Cajado passou a articular para tentar acomodar as alterações em seu relatório — o que levou ao atraso. "Estou ainda mantendo os contatos com as bancadas, e estamos terminando o envio das considerações do governo federal para podermos concluir o relatório", explicou.

Grande parte dos deputados de centro e da oposição defendem a previsão de medidas mais duras para o caso do descumprimento da meta de gastos. A proposta de Haddad não prevê punições legais para o presidente da República, mas sim uma sanção política — o envio de uma carta de explicação ao



Claudio Cajado negocia apoio ao relatório entre as bancadas partidárias. O texto seria entregue ontem



O que o relator deputado Cláudio Cajado está fazendo é desvirtuar completamente o governo do presidente Lula"

Lindbergh Farias (PT-RJ), deputado federal

to do gasto de 70% para 50% do avanço da arrecadação.

Também há um pleito para inserir na proposta gatilhos de contingenciamento dos gastos, congelando o salário dos servidores, por exemplo, em caso de estouro da meta. Segundo Cajado, esses apelos são praticamente unânimes entre os partidos.

### Mudanças

O Psol e uma ala significativa do PT, por outro lado, tentam emplacar alterações para aumentar o limite do crescimento

Legislativo — e uma econômi- dos gastos e para direcionar o ca, com a redução do crescimene excesso de arrecadação para investimentos, e não para o pagamento das dívidas.

"O que o relator deputado Cláudio Cajado está fazendo é desvirtuar completamente o governo do presidente Lula", declarou, na tribuna, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). "Espero que, até a próxima semana, consigamos evoluir e tirar essas medidas que, para nós, são inadmissíveis", acrescentou.

A inclusão de mudanças, porém, pode causar um racha entre o partido e a Fazenda, como ocorreu na retomada da tributação sobre os combustíveis.

Favorável à medida, Haddad foi vítima de "fogo amigo" por parte de petistas que temiam o impacto do aumento na popularidade de Lula. Por isso, o PT mantém, em público, o apoio à equipe econômica. Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reforçou o recado enviado no dia anterior pelo líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), de que a bancada não proporia emendas ao arcabouço.

"Recebi tanto do líder do PT, da bancada do PT, quanto de um conjunto de parlamentares, que o PT tomou a decisão de que não vai apresentar emendas, porque defende o governo e defende a proposta liderada pelo ministro Fernando Haddad", relatou.

Emendas, porém, só são apresentadas e votadas junto à apreciação da matéria, em plenário. O que os parlamentares tentam agora é incluir alterações no relatório de Cajado. A inserção também entra em conflito com o objetivo do governo de alcançar uma vitória expressiva na votação da medida.

# Reforma tributária: cashback em discussão

- » ÂNDREA MALCHER
- » TAÍSA MEDEIROS » HENRIQUE LESSA

Um dos principais tópicos a ser estruturado na proposta da Reforma Tributária, o cashback foi tema, na manhã de ontem, do Grupo de Trabalho (GT) criado especialmente para debater a proposta na Câmara dos Deputados. O mecanismo, no qual os tributos de itens essenciais serão devolvidos às pessoas mais pobres, pode impactar cerca de 72 milhões de brasileiros.

Para os que tentam encampar a reforma, essa é a solução para reduzir a desigualdade no país. A diretora da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti, participou da audiência pública na Câmara. Ela explicou que as definições sobre a implementação do cashback dependerão do Congresso Nacional.

Por outro lado, a diretora apontou que a pasta tem defendido a criação de um "modelo puro", sem desoneração da cesta básica — o que tornaria a medida mais progressiva. Essa definição deve incluir também as classes médias. Segundo Cavalcanti, a medida não estará restrita aos inscritos no CadÚnico ou aos beneficiados pelo Bolsa Família. "A classe média não vai pagar



Camilla Cavalcanti defende subsídio da cesta básica por cashback

toda a conta como vem sendo colocado", disse.

O secretário extraordinário de reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, também comentou o cashback em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), ontem. Ele afirmou que teve uma reunião com representantes dos Estados e Receita Federal para discutir o desenho operacional do mecanismo previsto na reforma tributária. "Lembrando que ele pode ser um desconto na boca do caixa. Não preciso esperar arrecadar para depois devolver. Especialmente no Brasil é muito fácil de fazer isso", frisou.

Appy reiterou a defesa do mecanismo e ressaltou que o modelo auxiliará na regressão tributária. "O efeito final do cashback é mais positivo do ponto de vista social e mais positivo do ponto de vista da demanda de alimentos", argumentou o secretário.

### Cesta básica

A tributação dos alimentos também foi tema de dissão no

Grupo de Trabalho. Foi discutida a possibilidade de retirar uma série de produtos de luxo que são considerados na tributação como cesta básica. Por conta dessa tipificação, eles pagam menos impostos no país. Exemplos desses produtos são queijo brie, foie gras e salmão.

Na audiência, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, apontou que paralelo a isso há uma alta carga tributária de itens nacionais. "O alimento produzido no Brasil é um dos que mais paga imposto no mundo: 24,4% é a média da carga tributária dos alimentos industrializados no país", destacou.

A coordenadora-geral de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Letícia de Oliveira Cardoso, também participou da sessão e defendeu medidas de tributação para a redução do consumo de produtos nocivos à saúde, como, por exemplo, álcool e tabaco e excesso de açúcar.

"São necessárias. São os mais determinantes, porque as pessoas não escolhem viver mal porque elas querem viver mal, elas escolhem por conta de um ambiente e de uma necessidade financeira. Esse impacto é maior para populações mais vulneráveis", ressaltou.

### **NAS ENTRELINHAS**

**Por Luiz Carlos Azedo** 



luizazedo.df@dabr.com.br



## Novo arcabouço fiscal blindará política de Haddad

Um dos fatores de sucesso do Plano Real foi a blindagem da política econômica, especialmente do então ministro da Fazenda, Pedro Malan. Quem trombou com ele, acabou defenestrado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foi o que aconteceu com Clóvis Carvalho, que havia deixado a Casa Civil para assumir o Ministério do Desenvolvimento. Durou três meses no cargo.

Vale revisitar o episódio. Carvalho havia cobrado mais ousadia da equipe econômica e criticara Pedro Malan por "excesso de cautela". O ministro da Fazenda não gostou e exigiu uma atitude mais firme em relação ao "fogo amigo" no governo. FHC pretendia resolver o problema com uma boa conversa. Logo se deu conta de que corria o risco de ficar sem Malan e, mesmo que isso não acontecesse, sua autoridade sairia arranhada.

A política econômica estava blindada pelos aliados do chefe do Executivo no Congresso. O então presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), defendia a rápida substituição de Carvalho. O presidente do então PMDB, Jader Barbalho (PA), também apoiava a demissão. O então ministro Aloysio Nunes Ferreira (Secretaria-Geral da Presidência) reforçou a blindagem ao afirmar que o substituto seria alguém que somasse com Malan. O nome escolhido era o de Alcides Tápias (Camargo Correia).

Carvalho ainda tentou evitar sua saída do governo, refugou o pedido de demissão na conversa com Pedro Parente, que havia assumido a Casa Civil em seu lugar e, de mando, sugeriu que pedisse para sair: "Não aceito falar com intermediários". Chamado ao Palácio do Planalto, a conversa com FHC foi telegráfica: "Você sabe que estou no governo por sua causa. Se você entender que, para o projeto continuar bem, eu deveria sair dele, coloco meu cargo à disposição", disse o ministro. "Eu preciso do cargo", disse o presidente da República.

O atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, melhorou muito seu relacionamento com os agentes econômicos, apesar do contencioso com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, por causa da taxa de juros de 13,75% (Selic). Mas o "fogo amigo" no governo continua. Só agora caiu a ficha de que a proposta de arcabouço fiscal apresentada pela equipe econômica deve ser defendida em vez de atacada pela bancada do PT para o Congresso não endurecer ainda mais as suas regras. O presidente de Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os dois grandes blocos formados na Casa se movimentam para engessar a política fiscal.

### Contingenciamento

O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), trabalha um

O "FOGO AMIGO" DA BANCADA PETISTA CONTRA A POLÍTICA **ECONÔMICA** DE HADDAD ESTÁ EM CERTA SINTONIA COM AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE LULA. ATÉ AGORA, APESAR DISSO, HADDAD TEM **CONSEGUIDO AVANÇAR** 

substitutivo que estabelece uma limitação maior do que o previsto por Haddad para certas despesas e endurece a punição para o não cumprimento das metas do saldo primário, a diferença entre receita e despesa, desconsiderados os juros. Outra proposta é o contingenciamento das despesas para que não extrapolem o teto de gastos. Contingenciar é um verbo obsceno para o PT. Principalmente se for reajustes salariais de servidores e injeção de dinheiro nas estatais. Em contrapartida, o novo arcabouço limitaria o teto de pagamento de precatórios pelo Tesouro.

Existe um compromisso entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara para aprovar o projeto de arcabouço fiscal sem mudar sua essencia. Mas o jogo ainda não terminou. Os agentes econômicos pressionam para que as regras fiscais sejam mais rígidas, os partidos de oposição jogam pesado para reduzir a flexibilidade do arcabouço, na expetativa de que isso imponha limites aos programas sociais do governo. Os deputados estão mais preocupados com suas emendas do que com as políticas públicas.

A margem do governo para relançar ao antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com novos investimentos, com a liberação das emendas do antigo "orçamento secreto" se reduziu. Quando presidente da Câmara, Arthur Lira, afirma que o Congresso não aceitará retrocessos, está mandando um recado de que a legislação aprovada em seu mandato anterior deve ser mantida. Estão nesse escopo a marco do saneamento e a privatização da Eletrobras. No primeiro caso, o governo tenta mitigar a derrota no Senado; no segundo, como sabe que não passa pela Câmara, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas há uma grande interrogação ainda. O "fogo amigo" da bancada petista contra a política econômica de Haddad está em certa sintonia com as declarações do presidente Lula. Até agora, apesar disso, Haddad tem conseguido avançar. Tem o apoio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o vice-presidente Geraldo Alckmin, e da ministra do Planejamento, Ŝimone Tebet. A equipe econômica está unida, quando nada porque o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, um desenvolvimentista, está em silêncio obsequioso.